

O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo

SILVIA FEDERICI

São Paulo: Boitempo, 2021. 204p.

Santiane Arias*

No artigo “Schismatic Theory for a Liminal Time: on reproduction, feminism and imperialism”, Natalia Romé retoma o problema colocado por Louis Althusser nos anos 1960 sobre as leituras de *O capital*. O autor francês destacava, então, a importância dos filósofos, estes capazes de identificar a especificidade e o ineditismo do objeto e discurso contidos na obra – destacadamente o filósofo militante marxista, o único disposto a considerar o capital um objeto de interesse da filosofia. Para Romé, na época em que vivemos, o movimento feminista tem cumprido um papel fundamental ao ler o presente nos textos de Marx, buscando soluções que considerem a ligação entre estrutura/conjuntura, todo/parte, universal/particular, nutrindo, assim, uma teoria viva.

Concordemos ou não com a leitura de Silvia Federici, o seu trabalho contribui nesse sentido. O livro *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, publicado pela editora Boitempo, reúne sete ensaios escritos entre os anos 1970 e 2000. O debate carrega as marcas de sua atuação na International Feminist Collective e sua campanha pelo assalariamento do trabalho doméstico.

O objetivo do livro é repensar a relação entre marxismo e feminismo, dois grandes projetos emancipatórios separados, cuja conciliação é fundamental para um salto político. Segundo Federici, embora conte com vasta bibliografia, o pro-

* Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: santiane@gmail.com

blema permanece devido à insistência em “aspectos da obra de Marx incompatíveis com a luta por justiça social”; três desses aspectos são reiterados nos artigos: i) a concepção estreita de trabalho e sujeito revolucionário; ii) a subvalorização das atividades reprodutivas; iii) a supervalorização do papel da tecnologia e da indústria capitalistas na transição ao comunismo.

Os elementos citados expressam problemas teóricos, com consequências políticas decisivas para o movimento comunista como um todo, mormente a exclusão de suas fileiras de massas inteiras de trabalhadores. A separação do trabalho entre assalariado, gratuito, produtivo e improdutivo replicou a divisão hierárquica do proletariado forjada pelo capitalismo (atravessada por cortes de sexo e raça). Resumindo, Marx não apenas ignorou o problema, mas o reproduziu na sua crítica à economia política. Sigamos com o livro...

O primeiro capítulo, “Planejamento contraestratégico na cozinha”, faz uma crítica ao sectarismo da esquerda, que excluiu parte considerável da população trabalhadora e marginalizou organizações autônomas de mulheres. Em nome da unidade, diversos grupos foram secundarizados – processo respaldado por Marx, que posicionou o trabalhador assalariado fabril no núcleo duro da exploração e da revolução. Supostamente um trabalhador genérico, representante do proletariado, este trabalhador era em geral um homem branco no centro do capitalismo, cuja existência pressupunha uma longa cadeia de trabalho improdutivo e/ou não pago realizado pela população feminina e/ou racializada. Para Federici, o Wages for Housework recusou essa divisão e abriu uma nova frente de luta. Nesse sentido, o feminismo não promoveu nenhuma fragmentação, mas, antes, o contrário.

O segundo capítulo, “O capital e a esquerda”, aborda o impacto da subordinação do trabalho reprodutivo no socialismo. Com efeito, a divisão entre os trabalhadores serviu ao capital, mobilizando setores do proletariado em torno de políticas racistas, machistas e colonialistas. Mas, afetou também as experiências socialistas que, a despeito das diferenças, reorganizaram o cuidado ainda em torno da sobrevalorização do trabalho fabril; de sorte que o assalariamento da operária, associado à estatização das atividades domésticas, não rompeu com a lógica do capital.

O terceiro capítulo, “Gênero em *O capital*, de Marx”, reafirma a indissociabilidade entre as falhas da esquerda e a teoria marxiana. Marx denunciou e se posicionou contra as condições degradantes que afetavam notadamente as mulheres, tanto no trabalho quanto na família burguesa. No entanto, o gênero nunca esteve presente na sua crítica à economia política, aparecendo de forma mais articulada apenas em dois capítulos do Livro I (“A jornada de trabalho”; “Maquinaria e grande indústria”), quando deveria ser o ponto de partida para a análise da força de trabalho. Essa ausência permitiu que muitos marxistas tratassem gênero como uma questão cultural, dissociada das relações de produção. A autora questiona as razões dessa lacuna e sintetiza as principais respostas da crítica feminista. Federici tem, todavia, uma tese própria: Marx ignorou o gênero porque considerava o trabalho de casa uma herança pré-capitalista em vias de ser suplantada pela industrialização.

O quarto capítulo, “Marx, feminismo e a constituição dos comuns”, avalia o papel do feminismo e do marxismo na construção de alternativas ao capitalismo. Para a autora, Marx é incontornável, mas insuficiente. A política feminista ensina a rejeitar a concepção marxiana de trabalho e transição. A tecnologia e a indústria capitalistas não libertaram as mulheres do trabalho doméstico, inversamente, a mecanização e a automação colaboraram para a criação da dona de casa integral; também não promoveram a autonomia das ex-colônias; tampouco concederam tempo livre para atividades mais elevadas. De onde o interesse renovado nos comuns, “com experiências voltadas à redistribuição do trabalho [reprodutivo] entre um número de sujeitos mais amplo do que a família nuclear” (p.113). A política dos comuns se afasta do comunismo marxista ao: i) reconhecer a multiplicidade de resultados compatíveis com a abolição da exploração; ii) descartar a intervenção do Estado. Assim, nem a grande indústria e nem o Estado são partes necessárias do processo.

O quinto capítulo, “A revolução começa em casa: repensando Marx, reprodução e luta de classes”, avalia a concepção de trabalho marxiana à luz da formação do trabalhador urbano industrial. O desenvolvimento do capitalismo concorreu para a divisão hierárquica entre os sexos, forjando um patriarcado do salário. A autora destaca a atuação do Estado na construção do assalariado honesto e diligente, portador de direitos e provedor da família, enquanto massas empobrecidas eram criminalizadas e suas manifestações ignoradas pelo sindicato.

O sexto capítulo, “Origens do trabalho doméstico na Inglaterra: a reconstrução da família, trabalho doméstico e o patriarcado”, aborda o surgimento da dona de casa como parte de uma reforma social, promovida pelos grandes capitalistas no esteio da segunda revolução industrial. Essa reforma marcou o início de um novo regime de reprodução, com aumento substancial dos salários da mão de obra masculina e a qualificação da mulher como esposa e mãe de família.

O sétimo capítulo, “Notas sobre Marx e ecologia”, trata das incongruências entre a teoria marxista e a sustentabilidade ambiental. De fato, Marx antecipou muitos dos problemas hoje centrais no debate ecológico, como o caráter predatório da agricultura capitalista, o esgotamento dos recursos naturais e mesmo o sofrimento animal provocado pela indústria alimentícia. Apesar disso, a visão do capitalismo como fase histórica necessária e a defesa da destruição da pequena propriedade fundiária (supostamente espaço de penúria, arcaísmos e isolamento) não são compatíveis com uma perspectiva ecológica sólida.

De forma acessível, o livro concede instrumentos para pensarmos a disputa em torno da noção de gênero e o discurso em prol da família tradicional no quadro de uma nova regulação do trabalho reprodutivo. Ademais, amplifica o feminismo anticapitalista fora da órbita do neoliberalismo conservador *versus* progressista, desenvolvendo bem a noção de trabalho reprodutivo não pago e o seu vínculo estreito com o salário individual. Mas, como a própria Federici destaca na sua leitura de Marx, é impossível avaliar a força e a fragilidade teórica de uma obra, desconsiderando sua escolha política. A demanda pelo pagamento das atividades de

cuidado realizadas no interior da casa parece concentrar numa campanha simples uma série de problemas. A autora percebe nessa porta aparentemente pequena um acesso direto à grande sala. Mais complicado, a meu ver, é a pauta dos comuns e como ela interage com o assalariamento doméstico, assim como a sua crítica ao Estado, temas não suficientemente esclarecidos na obra.